

XIX

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA

Quarta- feira 15 de Maio de 2019 | Tiragem nº 010 | Página 1

ATOS DO PODER EXECUTIVO GABINETE DO PREFEITO.

LEI Nº 601/2019

Dispõe sobre denominação Oficial do Centro de Referência de Assistência Social –CRAS no município de Catingueira-PB e dá outras Providência”.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL de CATINGUEIRA**, em sessão realizada no dia 01 de Dezembro de 2018, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte **LEI**:

Art 1º - Fica Oficialmente denominado de “VANDERLAN FÉLIX DE ALENCAR” popularmente conhecido como “Lorinho” o Centro de Referência de Assistência Social –CRAS, localizado na João Fausto Neto, Centro, neste município.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo Municipal realizar a devida identificação no local com nova denominação.

Art 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Fevereiro de 2019.

Odir Pereira Borges Filho
Prefeito

LEI Nº 602/2019

Dispõe sobre denominação Oficial do Centro de Referência de Assistência Social –CREAS no município de Catingueira-PB e dá outras Providência”.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL de CATINGUEIRA**, em sessão realizada no dia 01 de Dezembro de 2018, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte **LEI**:

Art 1º - Fica Oficialmente denominado de “MARIA FLORENTINO DO ESPÍRITO SANTO” popularmente conhecida como “Maria de Duda” o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, localizado na Rua Severino Tibúrcio, Centro, neste município.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo Municipal realizar a devida identificação no local com nova denominação.

Art 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Fevereiro de 2019.

Odir Pereira Borges Filho
Prefeito



XIX

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA

Quarta- feira 15 de Maio de 2019 | Tiragem nº 010 | Página 2

LEI Nº 603/2019

Dispõe sobre denominação Oficial do Auditório do Complexo Escolar deste Município. E dá outras Providencias.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL de CATINGUEIRA**, em sessão realizada no dia 02 de Março de 2019, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte **LEI**:

Art 1º - Fica Oficialmente denominado de “**GILBAMAR GOMES RODRIGUES**” O Auditório do Complexo Escolar localizado na **Brasiliano Lopes Loureiro, Centro**, neste Município.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo Municipal realizar a devida identificação no local com nova denominação.

Art 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Março de 2019.

Odir Pereira Borges Filho
Prefeito

LEI Nº 604/2019

Dispõe sobre denominação Oficial do complexo de salas de aulas. Deste Município. E dá outras Providencias.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL de CATINGUEIRA**, em sessão realizada no dia 02 de Março de 2019, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte **LEI**:

Art 1º - Fica Oficialmente denominado de “**WILLIAN LUCENA MAMEDE SOARES**” O Complexo de salas de aula localizado na **Brasiliano Lopes Loureiro, Centro**, neste Município.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo Municipal realizar a devida identificação no local com nova denominação.

Art 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Março de 2019.

Odir Pereira Borges Filho

Prefeito



XIX

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA

Quarta- feira 15 de Maio de 2019 | Tiragem nº 010 | Página 3

LEI Nº 605/2019

Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006 – LEI MARIA DA PENHA, em Catingueira- PB”.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL de CATINGUEIRA**, em sessão realizada no dia 13 de Abril de 2019, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte **LEI**:

Art 1º - Fica Vedada a nomeação, no âmbito da administração pública direta e indireta, bem como em todos os poderes do Município de Catingueira-PB, para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Parágrafo Único – A vedação de que trata o caput deste artigo inicia-se com a condenação do réu em decisão transitada e julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

Art 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Abril de 2019.

Odir Pereira Borges Filho

Prefeito

LEI Nº 606/2019

Institui o SISE-SUS o Sistema Integrado de Saúde Escola do Sistema Único de Saúde no Âmbito Municipal.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL de CATINGUEIRA**, em sessão realizada no dia 02 de Março de 2019, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte **LEI**:

Art 1º - Criar o SISE-SUS – Sistema Integrado Saúde Escola do Sistema Único de Saúde do Município de Catingueira, composto pela gestão Municipal, pelos trabalhadores de saúde, pelas Instituições de Ensino (IE) e saúde e pelos usuários do SUS. Este sistema constitui-se numa estratégia de articulação e coordenação da educação permanente em saúde no âmbito do município, transformando toda a rede de serviços de saúde existente no município em espaços de educação contextualizada e de desenvolvimento profissional.

Art. 2º São ações a serem desenvolvidas pelo SISE-SUS:

I – apoio as modalidades de Educação Formal/Continuada, incluindo todo processo de



XIX

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA

Quarta- feira 15 de Maio de 2019 | Tiragem nº 010 | Página 4

formação reconhecidos pelo MEC e desenvolvido pelas IES no âmbito do município de Catingueira, presencialmente ou à distância, com foco nos trabalhadores do SUS. As modalidades que serão apoiadas pelo SISE-SUS incluem:

- a) cursos técnicos;
- b) cursos de aperfeiçoamento;
- c) graduação;
- d) pós-graduação lato sensu, incluindo residências em saúde e especializações;

e) pós-graduação stricto sensu, incluindo Mestrado e Doutorado;

II – apoio às IE nas ações que permitam a realização de atividades educativas dentro da rede de serviços e gestão da saúde, incluindo:

- a) internato e estágios curriculares;
- b) pesquisa; e
- c) extensão universitária

III – apoio às ações de Educação Popular em Saúde, que compreende atividades de articulação dos saberes e práticas populares ao conhecimento produzido pelas instituições de ensino e pela SMS, dirigidas para a promoção da saúde;

IV – apoio à difusão do conhecimento científico, estimulando a divulgação dos saberes produzidos por trabalhadores, estudantes e pesquisadores nos serviços e na comunidade através de:

- a) Fórum de Pesquisadores;
- b) Boletim de Epidemiologia;
- c) Telemedicina; e
- d) Outras publicações de caráter de divulgação de conteúdo científico e formativo.

V – apoio as ações dos Preceptores desenvolvidas nos serviços de saúde da rede SUS do município de Catingueira, sendo a preceptoría definida como a atividade do profissional qualificado em sua área de atuação, que exerce ao mesmo tempo a função assistencial e de ensino, por meio da supervisão, durante o treinamento em serviço, participação nas atividades teóricas e apoio à organização do Programa de Residência Médica ou do Programa de Residência Multiprofissional, e

VI – apoio a atividades de cooperação intermunicipal, estadual, nacional e internacional, apoiando o desenvolvimento de políticas públicas e favorecendo a troca de experiências e conhecimentos entre regiões e países, com o objetivo de promover a saúde dos povos.

Art. 3º O SISE-SUS terá um Conselho Gestor composto pela Secretaria Municipal de Saúde, instituições de ensino, trabalhadores em saúde, estudantes e usuários do SUS, com composição a ser definida em portaria municipal.

Art. 4º São atribuições da Secretaria Municipal de Saúde de Catingueira no SISE-SUS:

I – reorientar o modelo assistencial do SUS Municipal, fortalecendo a integração da educação ao planejamento e ações de saúde;

II – inclusão da preceptoría como atividade que deve ser incentivada para todos os trabalhadores do SUS de Catingueira;

III – apoio ao processo de formação e educação permanente dos trabalhadores;



XIX

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA

Quarta- feira 15 de Maio de 2019 | Tiragem nº 010 | Página 5

IV – fortalecer a gestão democrática e participativa nas políticas públicas;

V – oferecer de campo de prática, estágios curriculares para cursos técnicos, ensino superior e residências em saúde;

VI – identificar as necessidades de saúde da população local, subsidiando os processos formativos, a pesquisa e a extensão universitária;

VII – apoiar a produção e disseminação de novos saberes e práticas.

Art. 5º Fica instituída, no âmbito da SMS, a concessão de bolsas para residentes e preceptores integrados ao SISE-SUS Municipal.

§1º A concessão de bolsas para residentes e especializados na rede de serviços do SUS Municipal obedecerá às normas estabelecidas pela legislação federal que regem o Sistema Único de Saúde, a residência médica, as residências em área profissional da saúde e as Normas Gerais da Educação Superior.

§ 2º A concessão de bolsas, de natureza meramente indenizatória, para preceptores a que se refere o caput deste artigo será concedida exclusivamente aos integrantes dos Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional designados para atuarem como preceptores no âmbito do município, não se incorporando à remuneração ou proventos, não sendo computada para efeito de cálculo de vantagens pessoais, nem para incidência de contribuições previdenciárias.

Art. 6º A concessão de bolsas de que trata esta Lei obedecerá às seguintes modalidades:

I – Bolsa Residência Médica;

II – Bolsa Residência Multiprofissional; e

III - Bolsa Preceptor.

§ 1º O valor das bolsas de que trata esta Lei, assim como os critérios que permitem sua solicitação, será fixado e regulamentado por portaria específica da SMS.

§ 2º Para a modalidade descrita no inciso I deste artigo, a bolsa instituída neste ato poderá ter caráter complementar à bolsa de residência proveniente do governo federal ou estadual.

Art. 7º Serão requisitos mínimos para a concessão de Bolsa Residência Médica, Bolsa Residência Multiprofissional e Bolsa Preceptor:

I – vínculo a curso de especialização ou programa de residência médica ou multiprofissional desenvolvido pela SMS ou IES integrantes do SISE-SUS Municipal;

II – pedido de concessão de bolsa aprovado previamente pela SMS.

Art. 8º A concessão das bolsas previstas nesta Lei terá um período de vigência de acordo com o tipo de bolsa concedida:

I - máximo de 02 (dois) anos de vigência para a Bolsa Residência Médica e Bolsa Residência Multiprofissional, podendo ser interrompido a qualquer momento por decisão da SMS;

II - 02 (dois) anos para a Bolsa Preceptor, podendo ser renovado por novos períodos de 02 (dois) anos ou interrompido a partir de decisão motivada da SMS.



Parágrafo Único. O período de vigência das bolsas previstas nesta Lei pode ser acrescido em seis meses no caso de afastamento por licença maternidade.

Art. 9º Compete aos Preceptores dos Programas de Residência Médica e Multiprofissional em Saúde quanto aos médicos residentes:

- I - acompanhar e supervisionar suas atividades;
- II - realizar as avaliações de desempenho;
- III - apurar a frequência;
- IV - responsabilizar-se pelas atividades de assistência prestadas em conjunto;

Parágrafo único. Além das atribuições descritas neste artigo, a atividade de preceptor será exercida em conformidade com as normas da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM, da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional - CNRMS, do Ministério da Educação - MEC.

Art. 10. São condições para o exercício da função de Preceptor na Residência Médica integrada ao SISE-SUS Municipal:

- I - ser profissional médico com registro de especialidade de área pretendida para a atuação nos Programas de Residência Médica e/ou observância das regras da CNRM no tocante às possibilidades de exercício de preceptor;
- II - apresentar Certidão negativa atualizada, expedida pelo Conselho Regional de Medicina - CRM, comprovando a inexistência de condenação ética pública nos últimos 8 anos.

Art. 11. São condições para o exercício da função de Preceptor na Residência Multiprofissional de Saúde integrada ao SISE- SUS Municipal:

I - ser profissional de saúde da área pretendida para atuação nos Programas de Residência Multiprofissional de Saúde;

II -ter especialidade registrada junto ao Conselho Profissional correspondente;

III - apresentar Certidão Negativa atualizada, expedida pelo Conselho Regional da especialidade, comprovando a inexistência de condenação disciplinar pública nos últimos 8 anos.

Art. 12. Os preceptores serão periodicamente avaliados e fiscalizados por equipe multidisciplinar constituído por representantes do Poder Executivo Municipal/Secretaria Municipal de Saúde, servidores da prefeitura e profissionais indicados pelas IES parceiras, de acordo com critérios previamente definidos por estas Comissões, para julgamento de continuidade do exercício da preceptoría no âmbito do SISE-SUS/FIP de Patos-PB.

Art. 13. O pagamento das bolsas criadas nesta Lei fica condicionado à comprovação do efetivo exercício da preceptoría, residência médica ou multiprofissional no respectivo Programa de Residência, junto a SMS e os programas de saúde do Município.

Art. 14. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Orçamentário Especial no orçamento do Exercício de 2019, no valor de 235.200,00 (duzentos e trinta cinco mil e duzentos reais) para execução das despesas decorrentes da presente Lei.



XIX

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA

Quarta- feira 15 de Maio de 2019 | Tiragem nº 010 | Página 7

Art. 15. Os orçamentos dos exercícios seguintes
trarão dotações orçamentárias para execução das
despesas decorrentes da presente Lei.

Art.16. Ficam criados as seguintes vagas a título de
bolsas e vencimento de profissionais:

I – 01 (uma) vaga para bolsa de preceptor, no
importe de 1.000,00(mil reais);

II– 02 (duas) vaga para bolsa residência médica
complementar no importe de 9.300,00 (nove mil e
trezentos reais).

Art. 17. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal
autorizado a editar normas
Regulamentares através de Decreto para fiel
execução da presente Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de Março de 2019.

Odir Pereira Borges Filho
Prefeito



Rua: Inácio Felix de Oliveira, s/n, Centro, Catingueira-PB – CEP 58.715-000
Site: www.catingueira.pb.gov.br
E-mail: prefeitura@catingueira.pb.gov.br